



FINETTO, Maria. Juizado Especial acelera os processos do INSS: funcionando há uma semana em Campinas, novo órgão já acumula 300 ações protocoladas – e isso porque ainda não tem estrutura adequada. Correio Popular, Campinas, 13 maio. 2003.

MARIA FINETTO

Do Correio Popular

finetto@cpopular.com.br

O Juizado Especial Federal completa hoje uma semana de atendimento

ao público com 300 ações protocoladas para a revisão ou concessão de benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Para se ter uma idéia da procura, a quantidade de ações protocoladas equivale a um mês de distribuição normal de Fórum Federal.

O novo Juizado funciona como "pequenas causas para ações previdenciárias", que sejam de até R\$ 14,4 mil - valor equivalente a 60 salários mínimos. Aposentados e pensionistas não precisam, dependendo do caso, contratar advogado para entrar com as ações no Juizado.

O trâmite das ações é bem mais ágil comparado a Justiça comum. A decisão de um pedido de concessão de benefícios pode demorar de 45 a 60 dias (por morte, por exemplo) ou de quatro a seis meses se for feito

pelo Juizado Especial. Na Justiça Federal, há casos que podem demorar até oito anos.

O novo Juizado é vinculado ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região do Estado de São Paulo, com abrangência

Prazo de decisão demora até seis meses, contra oito anos nas varas comuns

em mais de 35 cidades. Mas por enquanto, o atendimento é somente para moradores de Campinas. A região deverá ser atendida no final do ano.

Este é o primeiro Juizado Especial Federal de Campinas e o terceiro do Estado. O segundo foi aberto há duas semanas em Ribeirão Preto.

POUCA ESTRUTURA

Apesar de já estar em funcionamento, ainda falta estrutura ao novo Juizado. Ele vai operar em caráter experimental pelo menos pelos próximos seis meses. O número de servidores é pequeno - são sete, por enquanto - e o trabalho tem sido voluntário. Inclusive por parte do juiz federal, Valter Antoniassi Maccarone. Presidente do Juizado, Maccarone também é juiz titular da 4ª Vara Cível e diretor do Fórum Federal.

O juiz explica que não dispõe de recursos e não pode contratar servidores enquanto o Congresso não aprovar um projeto de lei criando cargos, funções e salários para os Juizados Especiais de todo o País. O projeto tramita já há três anos, sem previsão de ser apreciado ou aprovado.

O juiz tem buscado parcerias com Universidades para poder ampliar o atendimento aos mais carentes. Cerca de 50 alunos da Puc Campinas atuarão como estagiários, sob supervisão de professores, e serão treinados em Direito Previdenciário pelos profissionais do Juizado. O atendimento ao público é das 10h às 17h. Protocolo pode ser feito até às 18h. O endereço é Rua Emílio Ribas, 874, Cambuí, Campinas.



O juiz Maccarone: ainda falta estrutura para funcionar